

(GCSC)

MARRAKESH – GAC: reunião conjunta com a Comissão Global sobre a Estabilidade do Ciberespaço (GCSC)
Quinta-feira, 27 de junho de 2019 – 12h às 12h30 WET
ICANN65 | Marrakesh, Marrocos

MANAL ISMAIL: Agradeço a todos. Vamos começar a nossa reunião sobre a Comissão Global para a Estabilidade do Ciberespaço. Agradeço a iniciativa. E obrigado por fazer esse contato com o GAC e vocês também fizeram isso com outras parte constituintes. Obrigado por sua flexibilidade, por nos encontrar aqui em Marrakesh. Wolfgang, eu passo a palavra para você, para você começar a discussão e apresentar os outros colegas da comissão.

WOLFGANG KLEINWACHTER: Muito obrigado, Manal. Muito obrigado ao GAC pela oportunidade de fazer uma apresentação da Comissão Global para a Segurança do Ciberespaço. Eu sou, fui membro da ICANN e estou envolvido na ICANN desde 1998. A comissão global foi estabelecida em 2018, depois da fase do GTE, 2017. A principal missão da comissão é contribuir para a estabilidade do ciberespaço. Como vocês verão daqui a pouco na nossa apresentação, nós estamos no estágio final do relatório final, que deve ser publicado em Novembro. E ao lidar com estabilidade do

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

ciberespaço, achamos que seria muito importante fazer contato com a ICANN desde a unidade. Porque essa é a missão da ICANN. Fizemos consultas individuais e conversamos com membros do SSAC, do Comitê Consultivo de Segurança e Estabilidade, com membros da GNSO e NCUC e ISP e com AT-LARGE. E agora temos a oportunidade de informar aos governos, o nosso trabalho. E normalmente no GAC, vocês tem ministros de telecomunicações, economia. Mas a estabilidade do ciberespaço afeta o governo como um todo e seria muito importante, que vocês informassem os seus governos. Então, aqui nós temos três comissários: Anriete Esterhuysen, que está muito ativa na ICANN, membro da Comissão de Indicação [inaudível] da África; Alex Klimburg, que é o diretor do programa e que vai fazer a apresentação e o Philip da Afílias.

ALEX KLIMBURG:

Muito obrigado, Wolfgang. E muito obrigado pelo convite. Eu sou Alexander Klimburg. Eu sou presidente da Comissão Global para a Segurança do Ciberespaço. Os outros são membros da comissão. A maior parte de vocês já conhecem e estamos feito contato com a comunidade da ICANN já no último ano: SSAC, Diretoria, ALAC e GNSO e bom, esse monte de siglas. Eu convido para vocês participarem do UNGGSCS. A missão do GCSC é envolver todas as partes interessadas antes de desenvolverem as

propostas para normas e políticas para melhorar a segurança e estabilidade do ciberespaço.

Então, qual é a discussão? Isso está no processo um da ONU. Nós fazemos isso, importando opiniões de outras partes do ciber regime. Então, isso é importante. Nós queremos a contribuição da visão de todas essas comunidades de direitos, de governança da internet para fazer, tomar as decisões bem informadas.

Nós fizemos uma reunião sobre o ciberespaço e nós achamos que no nosso processo de fazer contato e de consultas. Nós somos um grupo multissetorial. Trabalhamos com normas e há políticas desde [inaudível] sob o patrocínio dos [inaudível] do governo holandês.

Então, nós devemos agora, concluir o nosso relatório e nós já publicamos as nossas normas. Bom, nós temos esses slides. Somos 28 membros de 16 países, que tem muita experiência com o ecossistema do ciberespaço. Temos o consultor sênior da Índia, o primeiro-ministro da Índia. Temos também acadêmicos e especialistas técnicos, como Jeff Moss, Shelton Lee, Bill Woodcock e outros, que eu acho que vocês conhecem. Também trabalhamos com um grupo consultor de pesquisa, que tem membros que processam o nosso trabalho e temos consultoria de parcerias. E nós temos patrocinadores e parceiros, que são governamentais e não-governamentais e são muito ativos durante o nosso trabalho.

O componente mais visível do nosso trabalho são normas. E gostaria de lembrar que essas normas são regras de comportamento não-vinculantes dentro do contexto do GGE da ONU. Uma norma em especial, que é importante para a comunidade da ICANN é o núcleo público da internet. Você vê os vários elementos, que achamos que é o núcleo público da internet com o roteamento de pacotes, dos encaminhamentos, sistemas de nomes e números, mecanismos de criptografia e meios de transmissão de dados, meios físicos. Então, a internet é um bem público que merece proteção. Esse princípio foi aceito por várias partes interessadas e externas.

E é a norma que temos mais discutido com os membros da sua comunidade. E definir esses elementos é o aspecto central de roteamento e encaminhamento de pacotes, sistemas de nomes e números. Essa definição do núcleo público, isso também é central a missão da ICANN, como os protocolos de nomes. Então, eu gostaria que vocês usassem esse material impresso, que estamos distribuindo e também, visitassem o nosso site. Trabalhamos com outras normas. Então, nós escolhemos o nosso nome, olhando as normas de GGE da ONU. A ideia era encontrar as lacunas.

E uma das lacunas, é que não havia normas suficientes, que fossem críticas do ciberespaço. E nosso próximo passo foi exemplo de um serviço crítico, que é rodado no ciberespaço.

Então, uma segunda norma foi para proteger a infraestrutura eleitoral. Isso não olha o contexto mais [inaudível] a infraestrutura disso. Então, queremos mapear a estabilidade. E são várias, que aqui eu não vou listar.

Há normas de revelar vulnerabilidades ou reduzir a vulnerabilidade da produção, uma de ciber-higiene e outra contra operações ofensivas. Vocês podem ler isso em mais detalhes, dessas normas. E todas essas normas tem algo em comum, se aplicam a governos e atores não-governamentais também. Então, o nosso trabalho vai além do que foi feito pelos governos. O nosso público também é multissetorial e o nosso objetivo é multissetorial. A convocação de Paris, que foi feita pelo Presidente Macron utilizou 16 das nossas normas ou 5 de 8 das nossas normas.

Essa convocação já foi assinada por 547 empresas estatais e organizações da sociedade civil. Hoje é um dia muito especial para nós, porque é o dia da Lei da Ciber-segurança, em que na União Europeia, vai entrar em vigor essa lei. Então, as nossas normas não só mencionam as normas, mas também a agência que será responsável por isso. E uma das missões é endossar as pesquisas e patrocinar as pesquisas e até [inaudível] também ficou satisfeito com nosso trabalho, utilizando as nossas normas, inclusive com a modificação.

(GCSC)

PT

E finalmente, estamos trabalhando não só com as normas, queremos também influenciar o nosso pensamento, quanto ao que é ciber-estabilidade. Não é só uma definição. Está conectado com princípios e recomendações. Estamos trabalhando agora. Isso como uma definição provisória. Mas como eu disse antes, todo o nosso trabalho está numa forma provisória. O relatório final será publicado no final de Novembro, no qual incluiremos várias outras opiniões. Inclusive as que serão mencionadas aqui. Gostaríamos de encerrar com uma referência, que não é o começo do fim, mas o fim do começo dos nossos processos. Depois, vamos começar a trabalhar com a implementação disso. Precisamos definir melhor o que é esse núcleo público, ver quais são as legislações secundárias [inaudível] secundárias. Então, eu gostaria de passar de passar a palavra para o presidente da comissão.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigada. Wolfgang, obrigada e Alex por essa apresentação informativa e também por ter contactado o GAC. Aqui, o representante de Mali pediu a palavra.

MALI:

Muito obrigado. [inaudível. Sou o representante do Mali. E eu tenho uma pergunta e um comentário. Primeiro, a pergunta é:

(GCSC)

gostaria de saber se o desdobramento de IPv6 vai ter um elemento de estabilidade no ciberespaço? É a primeira pergunta. E o comentário é que não entendo, quando dissemos que o IPv6 vai permitir melhorar o tráfego e fazer com que as coisas mudem. Eu sou médico e gostaria de saber como poderia utilizar os dispositivos para fazer telemedicina e há poucas diretrizes da IPv4 e pouca largura de banda. Então, vocês, como comissão, o que poderiam aconselhar os governos nesse sentido? O que os governos poderiam fazer? Como poderíamos entregar e integrar no IPv6, para que esse tipo de problema sejam resolvidos? Muito obrigado.

ALEX KLIMBURG:

Vou responder rapidamente. Nós apoiamos as melhores práticas da comunidade. Essa é uma das premissas do nosso trabalho. E propomos que os governos implementem regulações e documentos com base nas melhores práticas da comunidade. Por exemplo, se a comunidade considerar que o BCP38 deveria ser proposto, nós consideramos que os governos deveriam apoiar essa recomendação. não dizemos que é preciso utilizar o IPv6, DNS sobre HTTP, etc. Não.

WOLFGANG KLEINWAECHTER: Eu tenho um comentário geral. O que eu observei com o decorrer dos anos é que há diferentes comunidades, que continuam a trabalhar de forma isolada. Por exemplo, os legisladores, os técnicos que trabalham separadamente e devemos derrubar essas barreiras entre esses grupos para que os legisladores e especialistas técnicos trabalhem em conjunto. Não há uma solução básica. Devemos gerar uma solução e provavelmente, essa solução seja diferente para economistas, para legisladores e para técnicos. Então, devemos ir caso por caso e desenvolver um processo de consulta em múltiplas partes interessadas. Esse seria o melhor foco no seu país.

MANAL ISMAIL: Primeiro, eu peço desculpa pela interrupção. O nome desse ...

ANRIETE ESTERHUYSEN: Anriete, eu sou uma das comissárias e não tentamos criar normas, quando já há normas existentes. Tentamos basear-nos na linguagem comum dos processos e também, preencher lacunas quanto a estabilidade, especialmente depois do processo especialista de 2017, que não produziu novas normas. Nós fazemos isso como uma ponte e na ICANN 66, há muitas normas que foram reconhecidas amplamente pela comunidade. Não há uma necessidade específica, então, de abordar a

(GCSC)

implementação do IPv6. Tentamos definir normas que criem pontes entre grupos de partes interessadas, entre leis vinculantes e comentários não-vinculantes e de condutas. Por exemplo, como políticas públicas, políticas não-públicas ou entre países desenvolvidos e não-desenvolvidos. E a ideia é criar pontes e um entendimento comum dos requisitos e abordagens, quais são necessários para a estabilidade do ciberespaço.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, Anriete. Temos aqui um membro do público, da Comissão Global.

COMISSÃO GLOBAL:

Em termos do IPv4, o espaço envolvido era de 4,8 bilhões de endereços. E agora com o IPv6, o alvo é de 3,4 vezes mais. Isso para uma futura expansão. E também, o IPv6 é um pouco mais eficiente, aliás e mais a segurança tem sido vítima, no entanto, no seu núcleo. Temos tido problemas e por isso, vários ISPs tem utilizado os recursos de tradução de endereços e redes. Não é ruim. Mas há vários desafios em termos de, também, velocidade. Então, poderíamos utilizar esse orçamento capital, como uma caixa de ferramentas. E também, a [inaudível] mencionou. o Alex, uma nova lei de ciber-segurança que incorpore o núcleo público, que foi mencionado hoje. E então, o que vocês poderiam levar

(GCSC)

PT

para seus governos, para o trabalho do governo e que os governos possam adotar, como ponto de reflexão? São normas, se temos a norma. Mas aqui o importante é como vocês podem melhorar seu trabalho em benefício de vocês, seus governos e países.

MANAL ISMAIL:

Obrigada, Abdul-Hakeem. Aqui há várias mãos levantadas no público. Então, o representante do Reino Unido, Argentina, CTU, a Indonésia, Congo. Então, Reino Unido, por favor.

PAUL BLAKE:

Muito obrigado. Paul Blake, do governo do Reino Unido. Obrigado, painel, por ter vindo aqui e essa apresentação também, no Reino Unido. Temos esse conceito de núcleo público é difícil de entender e além do "Paris core". Mas pensamos algumas reservas, porque não sabemos quão útil ou quão importante é esse conceito de núcleo público. O que é núcleo para a internet? A internet é a rede das redes. E o que é isso então? É o DNS? O que é esse núcleo? Inclui infraestrutura física? Então, não fica muito claro o que é núcleo público. E não entendemos tão pouco, o que é público, quanto ao núcleo público. Porque a internet inclui o setor privado, os setores privados, dispositivos. E isso é que não fica claro, então.

(GCSC)

PT

E quando pensamos no setor público, pensamos nos governos e o que significa e o que é esse conceito de público aqui. E a norma de proteger a disponibilidade da internet é um rótulo muito bom, mas a questão do núcleo público não é tão fácil de entender e está causando mais problemas. E como você disse na apresentação, sim, em primeiro aceitamos a norma e depois, decidimos o que significa o núcleo público. Acho que deveria ser o contrário. Primeiro, definir o núcleo público e depois, ter um documento. Então, seria bom que esse conceito de núcleo público, que fosse entendido melhor, melhor entendido.

MANAL ISMAIL: Obrigada. Agora é a vez da Argentina.

OLGA CAVALLI: Obrigado, comissários. Sou Olga Cavalli do governo da Argentina. Obrigado pela visita. Pergunta sobre a comissão. Como o ministério ou o governo poderia apoiar ou patrocinar o trabalho de vocês? Qual é o processo para patrocinar? Há algum tipo de revezamento regional, um balanço regional ou diversidade? Como são selecionados, então?

(GCSC)

MANAL ISMAIL: Muito obrigada, Argentina. Temos também a pergunta da CTU, membro da CTU.

NIGEL CASSMIRE: Obrigado aqui, pela presença. Fala Nigel Cassmire da CTU. E seguindo o que foi mencionado pela Argentina, de quem é a iniciativa dessa formação dessa comissão? E o que vai acontecer com os resultados ou contribuições da comissão? Ou que expectativas vocês tem, quanto aos resultados? Vocês tem alguma estratégia de implementação em diferentes níveis de partes interessadas?

INDONÉSIA: Vocês poderiam identificar a missão da comissão? Qual é a missão da comissão, em comparação com as contribuições de outras comissões? Este tema de outras comissões aqui, Chatham House, CT, etc. Mas sabemos que ainda vocês não tem uma visão abrangente do ciberespaço. Mas em que campo, vocês se colocariam em termos de problemas no ciberespaço?

E segundo, eu gostei muito do seus comentários, vocês nos disseram que aqui, mencionaram que nós poderíamos levar para os nossos governos e países. Mas eu preciso também, ter algum tipo de feedback de estabilidade no meu país. E para isso, se eu mencionar isso, eu deveria utilizar as referências de vários

(GCSC)

rankings, informação da internet e de universidades do mundo. E também, utilizar o índice [inaudível]. Então, qual é a sua visão? Isso é bom? Isso é justo? Em que campos, vocês são melhores? Para que eu possa levar essa informação ao meu ministro e dizer "Sr. Ministro, nós não somos bons por causa disso, somos bons por causa disso outro. Então, poderíamos melhorar isso e aquilo, etc.". Muito obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigada, Indonésia. Última solicitação do membro do Congo e depois, vamos deixar o painel responder.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: Eu represento a República Democrática do Congo. Obrigado pela apresentação. Eu talvez, deva dizer que essa é a primeira vez, que eu ouço falar sobre essa comissão. Portanto, eu agradeço muito o trabalho que vocês estão fazendo para a estabilidade no ciberespaço. Como disse o colega do Reino Unido, esse é um conceito amplo e complexo e eu gostaria de saber, saber a perspectiva dos governos, qual é o segmento alvo para vocês, quando vocês falam em normas? Porque essa é uma questão que poderia ser de amplo interesse para os governos ou instituições de regulamentação e para outras não. Como é a sua interação com esses órgãos? Que nível vocês tem, quanto ao

acesso? Então, precisamos que os membros da comissão expliquem com que partes, vocês interagem e para onde é que essas normas serão orientadas? A última pergunta agora. E tem a minha última pergunta. Talvez, não entendi bem, quando vocês fizeram a apresentação. Mas gostaria de saber qual é o escopo da comunidade? É uma comunidade mundial, pelo que eu vejo, uma iniciativa da Holanda, mas quem que são os líderes e quem lidera essa comissão global na Holanda? Ou quem é, quem são as pessoas de contato com a comissão?

WOLFGANG KLEINWAECHTER: Quanto a infraestrutura-chave pública, eu queria mencionar que há uns 20 anos, que eu trabalho neste assunto, que é permanente. Eu tenho trabalhado de forma contínua através de comissões. Alguns falam sobre a Comissão Mundial de Governança na Internet, que oferece resultados sobre questões globais e essa comissão aqui foi criada como um grupo mundial e a conclusão é que devíamos ser mais específicos.

E foi formada a Comissão Mundial para a Estabilidade do Ciberespaço, em relação a ciber-segurança. E devemos ser mais específicos para determinar que elementos podem melhorar a ciber-segurança do espaço, ciberespaço. Como eu disse antes, contribuimos para processo que vão continuar em diferentes âmbitos em 2020. Em Setembro, por exemplo, um grupo das

Nações Unidas vai começar a deliberar nesse fórum. Portanto, esse é um processo que nunca acaba, é contínuo, é um debate contínuo, que continuará no futuro. E também, há trabalho que está sendo feito agora. Estamos muito gratos com todos os debates originados a respeito da ciber estabilidade. Os membros da comissão também devem determinar mais em detalhe, pois são esses elementos em infraestrutura-chave. Eles tem algum. Se vocês tiverem alguma proposta para melhorar os conceitos ou a redação, essa seria a oportunidade para vocês interagirem com a gente para sermos mais precisos. Voltamos o slide, onde mostramos os quatro elementos. Todos nós achamos que essa é um questão, que tem a ver com a infraestrutura-chave da internet, que interessa a todas as partes, independente das dificuldades existentes no ciberespaço. Não deveriam ser atacados os elementos-chave da internet. Então, se formos precisos, poderemos melhorar a eficiência e efetividade dessas normas. Mas eu vou deixar aqui, a palavra para o Alex, para que complete meu comentário.

MANAL ISMAIL:

Temos uma pergunta do representante do Senegal. Fala o representante do Senegal. Por favor, seja breve. Porque o tempo está acabando.

(GCSC)

PT

SENEGAL: Muito obrigada, Sra. Presidente. Em especial, com relação a estabilidade da internet. A pergunta fundamental em relação ao estabelecimento de pontos de contato. Nós sabemos que essa pergunta já foi tratada várias vezes, em vários fóruns e queria saber qual é o seu papel e como vocês podem ajudar a estabelecer esses pontos de contato? Vimos o que aconteceu com o sistema ao ataque a ICANN. Não se sabia quem contatar. Como vocês podem ajudar a que se faça uma... para ajudar a preservar a segurança do ciberespaço?

MANAL ISMAIL: Muito obrigado, Senegal. Eu vou passar a palavra ao Alex.

ALEX KLIMBURG: Então, há diferentes visões, mesmo dentro de um governo, sobre o que é ciberespaço. Então, nós não utilizamos, como um núcleo público e não como um recurso público. E dizer que a internet, o ciberespaço é um bem público global e o público aqui, disseram às vezes, como que seria uma tentativa de nacionalizar parte da internet. Então, as definições de bem público são mais comparáveis com as leis do mar, o que se estabelece é que parte da internet precisam ser protegidas da exploração de todos os

usuários e não por uma organização centralizada, mas por acordos entre os atores envolvidos.

Então, quando se fala do ponto um e ponto quatro aqui, são obviamente apenas os cabeçalhos, há detalhes técnicos que foram elaborados junto com a comunidade técnica e esses aspectos dão o aspecto, clareza. Alguns são mais claros do que os outros e por que não ter isso totalmente definido antes de publicado?

Então, nós achamos que é importante definir isso junto com todas as partes envolvidas e partes são bastante claras, outras menos. E como isso é feito, depende de vocês.

ANRIETE ESTERHUYSEN: Quem é a comissão, quem faz parte. Eu gostaria de enfatizar, que público não é, quer dizer, do governo ou controlado. Isso, público é usado, é utilizado no sentido de comum. É um recurso comum. Isso tem a ver com que a comunidade da ICANN está tentando fazer, trazer múltiplas partes interessadas, estabelecer regras e fazer com que as operações do DNS sejam justas. Então, diferentes partes precisam estar envolvidas para que esse sistema seja estável, seguro e Inter operável. Isso que é público. Isso que nós achamos, que é público. Para o Reino Unido, a questão de infraestrutura... Bom, por que vocês incluem as infraestruturas físicas como os cabos, [inaudível], submarinos,

(GCSC)

PT

etc. Eles são essenciais para disponibilidade. Se eu sou uma ilha, um estado em desenvolvimento e eu dependo de uma única ligação com o satélite. Esse satélite pode ser de propriedade privada, mas se ele for atacado ou falhar, isso vai atacar a integridade da internet, que nós achamos que é um recurso comum.

Eu acho que é importante destacar, público como comum e não de propriedade e administrado apenas pelos governos. Respondendo a Indonésia. Nós não estamos criando uma classificação. Nós estamos avaliando em termos de estratégias de segurança e estabilidade. O que iremos estabelecer é normas, que possam ser úteis em nível regional, nacional, intergovernamental ou multissetorial. Isso pode ser útil, quando vocês elaborarem as suas próprias normas. Nós também trabalhando e destaco isso, especialmente, na África. A próxima reunião será em Adis Abeba , que será junto com... há um outro encontro, que está mais relacionado ou focado em capacitação, em relação ao ciberespaço.

ALEX KLIMBURG:

Muito obrigado, Anriete. Eu gostaria de destacar as outras perguntas e pediria, que os outros membros da comissão pudessem contribuir. A Argentina perguntou como os membros eram escolhidos. E a primeira coisa é que nós não somos

escolhidos por ninguém. Não há, não temos nenhuma legitimidade, somos uma sociedade civil auto-selecionada, a maior parte de nós é aposentado. E nós nos reunimos para trabalhar com coisas, que nós achamos úteis.

Nós não fazemos nenhuma orientação sobre conteúdos. Então, se vocês olharem os conteúdos, os membros da Diretoria, por exemplo, às vezes, tem contradição com nosso trabalho. Nós tentamos, então, fazer contato com todos os governos, que respondem a nossa convocação. Nós temos feito contatos informais e podemos então, também, ter reuniões presenciais. Eu gostaria de agradecer a todos. Então, alguém quer fazer algum comentário?

WOLFGANG KLEINWAECHTER: O Secretariado tem sede na Holanda, em Haia. E foi o governo holandês, que deu o primeiro impulso. Então, eles também impulsionaram o fórum global de especialização. Então, foi iniciado pelo governo holandês, que nos contactou. Formamos essa comissão e a discussão, no final dessa comissão, vai continuar no painel da ONU em Riad.

ANRIETE ESTERHUYSEN: Respondendo a Argentina, quanto a membros e rotação. Tem havido um pouco de rotação para haver melhor representação

geográfica, não é perfeita. Mas nós achamos que nós precisamos concluir, finalizar, acabar com essa comissão. Temos que nos adaptar. Nós somos um comitê permanente. Talvez, haja necessidade de processos semelhantes no futuro. Lembre que o momento em que foi iniciado, foi em 2017. Foi numa época que se achava que o modelo multilateral não estaria lidando bem com as questões de ciber-segurança. Então, temos especialistas governamentais, foi feito um primeiro comitê na ONU.

WOLFGANG KLEINWAECHTER: Eu gostaria de esclarecer, isso não é uma questão governamental. Os governos ajudaram, contribuíram para esse processo, que foi iniciado pela comunidade.

ALEX KLIMBURG: Então, começou já, na verdade, com cinco partes. A maior parte era de Harvard. O que é muito importante, que a Comissão Global de Governança da Internet foi um modelo para a nossa formação. E nós abordamos uma lacuna, que estava relacionada as normas. Quando se fala em normas é um pouco difícil de entender fora dessa comunidade de segurança internacional ou da bolha do primeiro comitê.

Uma das contribuições do nosso trabalho é que as pessoas podem usar o nosso trabalho para a legislação internacional

(GCSC)

PT

existente, mas também com a lei humanitária, lei ou a legislação dos conflitos armados. As nossas regras se aplicam durante os momentos de paz e de guerra. Então, queríamos saber sobre o que tem sido feito.

ABDUL-HAKEEM:

Eu sei que o tempo já passou. Eu gostaria de responder a Indonésia. Nós desenvolvemos uma ferramenta, que tem o scorecard. Não foi lançado oficialmente, tem uma versão beta só e talvez, no final do ano, eu possa vir a Bali para a reunião do IGM. E quanto ao Congo, eu gostaria de dizer que há algumas regras, que devem ser consideradas como legislador. As normas demandam a sua contribuição. Uma é o processo de vulnerabilidade das ações e há normas sobre a ciber-higiene básico. Nós vamos levar isso em consideração, mas como mencionado por outros colegas, estamos na fase final. Não temos nenhuma intenção de nos [inaudível] permanente. Criamos só, começar esse processo e passar para pessoas como vocês, que usem as partes, que acham que sejam úteis para vocês. Nós só queremos fazer contribuições para as suas deliberações.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigado a todos. Obrigado aos membros da comissão por terem feito essa apresentação para nós. Desculpem aos meus

(GCSC)

PT

colegas do GAC, que estavam solicitando a palavra, mas nós já passamos 20 minutos do nosso horário. Então, me desculpem, espero manter os canais abertos e continuar a fazer contribuições. Espero que úteis ao seu processo. Agradeço a todos os membros da comissão e aos colegas do GAC. E solicito que os colegas do GAC voltem às 13:30h. Porque vamos encontrar o...

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]